SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO IFG

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA FEMININA EM ANÁPOLIS-GO: UMA ANÁLISE DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL ENTRE OS ANOS DE 2023 E 2026

REBELO, Francine Pereira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Câmpus Anápolis.

SPERANDIO, Julia Fidelis

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Câmpus Anápolis.

A pesquisa teve como objetivo analisar a representação política feminina na Câmara Municipal de Anápolis-GO, considerando a atuação e as trajetórias de vereadoras durante o período de 2023 a 2026. O estudo partiu da compreensão de que a participação das mulheres nos espaços de poder permanece marcada por desigualdades que não se restringem à quantidade de mulheres eleitas, mas também no que concerne às suas trajetórias e às condições de atuação política. A partir de uma abordagem qualitativa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três vereadoras do município, buscando compreender suas experiências pessoais, profissionais e políticas, bem como os desafios enfrentados durante os mandatos e as principais pautas de atuação. A partir do site da Câmara Municipal de Anápolis, também foram analisados os projetos de lei que tivessem como temática questões relacionadas a gênero. Inseridas em um contexto de sub-representação, no qual apenas cinco das vinte e três cadeiras do legistativo municipal são ocupadas por mulheres, assim, a relevância desta pesquisa em Anápolis (GO) se apoia na urgência de compreender a persistente sub-representação política feminina, mesmo após avanços legislativos. Estudos do Observatório Nacional da Mulher na Política revelam que, nas eleições municipais de 2024, mais de 700 dos 5.569 municípios não cumpriram a cota mínima de 30% de candidaturas femininas exigida por lei (Lei 9.100/1995 e Lei 9.504/1997), apesar de um crescimento muito

discreto — de 16% para 18% — na proporção de vereadoras eleitas naquele ano (TSE, 2024). No caso dos mandatos analisados em Anápolis, destacou-se a atuação de uma das vereadoras em projetos destinados a mulheres que sofreram violência doméstica. As entrevistas também apontaram a existência de pouca visibilidade e incentivo para que meninas e jovens considerassem a política como uma possibilidade de carreira. A falta de incentivo familiar foi relacionada à permanência do machismo e às expectativas sociais sobre os espaços que podem ser ocupados pelas mulheres, geralmente, excluindo-as da política institucional. Concluiu-se que a ampliação da participação feminina na política depende não apenas de mecanismos formais de acesso, como as cotas partidárias, mas também de transformações sociais e culturais. O incentivo à participação política desde a juventude e a discussão sobre as barreiras enfrentadas pelas mulheres são apontados como elementos importantes para ampliar sua presença nos espaços de decisão e fortalecer uma participação política mais igualitária.

Palavras-chave

gênero; política; Anápolis.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Agradecemos ao CNPq pela bolsa concedida.